



## CÂMARA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ-MG

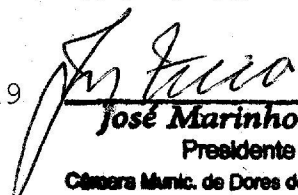
CNPJ: 04.228.760/0001-01 – Fone: (37) 3551-2371

Rua Distrito Federal, 444 – B. Osvaldo de Araújo – CEP: 35.610-000

E-mail: poderlegislativodi@gmail.com

### Gabinete do Vereador João Gilberto da Silva

Requerimento N° 12 /2019

  
**José Marinho Zica**  
Presidente  
Câmara Munic. de Dores do Indaia - MG

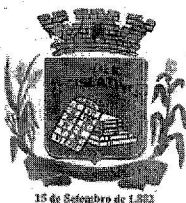
O Vereador que este subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, fundamentado no art. 158 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, requer que após deliberação do Plenário desta Egrégia Casa Legislativa, seja encaminhado ofício ao Ilmo. Senhor **DANIEL ANTUNES NETO** - Gerente do Distrito Operacional da COPASA na cidade de Bom Despacho para que responda as seguintes informações:

1. Se a COPASA já recebeu a cessão da área destinada a instalação da estação elevatória de esgotamento sanitário, autorizado pela Lei n° 2.830/2019;
2. Em caso afirmativo, qual a data prevista para o início da implantação da estação elevatória de esgotamento sanitário da Rua Quartel Geral, no Bairro Aeroporto.

### JUSTIFICATIVA

Nobres Vereadores, aprovamos neste plenário projeto de Lei autorizando a cessão de área pública para instalação de estação elevatória de esgotamento sanitário da Rua Quartel Geral, no Bairro Aeroporto.

No dia 21 de fevereiro de 2019 foi enviado ofício n° 21/2019/CMDI/SECRETARIA, solicitando as mesmas informações contidas neste para o Ilmo. Sr. Ronaldo Daniel Costa Fiúza



## CÂMARA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ-MG

CNPJ: 04.228.760/0001-01 – Fone: (37) 3551-2371

Rua Distrito Federal, 444 – B. Osvaldo de Araújo – CEP: 35.610-000

E-mail: poderlegislativodi@gmail.com

### Gabinete do Vereador João Gilberto da Silva

- Chefe da COPASA no âmbito municipal, porém até o momento não obtivemos resposta.

Deste modo, cumprindo o *múnus* parlamentar, conto com a costumeira compreensão dos meus pares na aprovação deste requerimento, em homenagem ao princípio da publicidade e ao Poder dever desta Casa Legislativa em fiscalizar cobrar soluções daqueles que auferem o dinheiro público.

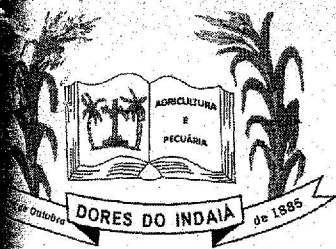
Em tempo, requer que sejam enviadas ao Gerente do Distrito Operacional da COPASA, cópia da Lei nº 2.830/2019 e do ofício ora mencionado.

Sala das Sessões Dácio Chagas de Faria, 29 de março de 2019.

João Gilberto da Silva

Vereador - PP

RECEBI A 1ª VIA	
Em	12 / 04 / 19
às	11:45 horas.
Protocolo nº	72/19
Eliana A. Vieira - Diretora de Legado	



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ**

Estado de Minas Gerais - CNPJ: 18.301.010/0001-22  
Praça do Rosário, 268, Bairro Rosário, CEP 35.610-000

### **LEI Nº 2.830/2019.**

*Dispõe sobre a concessão de uso de bens públicos em favor da Associação Clube Atlético Vilanovense e Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), e dá outras providências.*

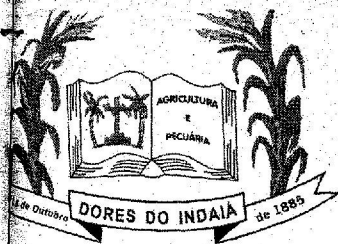
O Povo do Município de Dores do Indaia, por seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o poder Executivo Municipal autorizado a conceder o uso de imóvel a seguir especificado, mediante contrato, à Associação Clube Atlético Vilanovense, pessoa jurídica legalmente constituída, inscrita no CNPJ: 18.678.300/0001-90, para fins da exploração e funcionamento de futebol amador e práticas desportivas, recreativas de lazer e conveniência social para jovens da comunidade dos Bairros São José e Santa Tereza, em uma área de terras com 18.520m<sup>2</sup>, localizada na Rua Carajás, nº 70, bairro São José, lote 05, quadra 02, a ser desmembrada de uma área maior da matrícula nº 16.239.

Art. 2º - A concessão do uso que trata o Art. 1º será gratuita, com prazo de (10) dez anos, podendo ser prorrogada, se a finalidade da concessão estabelecida no art. 1 desta Lei estiver sendo cumprida sem que haja desvio de finalidade.

I – NÃO poderá o concedente requestar o imóvel, antes do prazo previsto neste artigo, SALVO, na hipótese da CESSIONÁRIA paralisar as atividades elencadas no art. 1 sem motivo prévio justificado por um período superior a 180 dias.

II – NÃO poderá ser determinado pelo CEDENTE, a desocupação do imóvel, sem prévia autorização judicial, motivo justificado ou concordância da CESSIONÁRIA.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ**

Estado de Minas Gerais - CNPJ: 18.301.010/0001-22  
Praça do Rosário, 268, Bairro Rosário, CEP 35.610-000

Art. 3º - A CESSIONÁRIA poderá realizar no imóvel de que trata o Art. 1º, obras e melhorias necessárias ao cumprimento da finalidade desta concessão de uso, com recurso próprio, assim sendo, sempre mediante prévia anuência do Município.

I – Os investimentos realizados pela cessionária NÃO serão indenizados pelo Município, incorporando-se aos bens concedidos.

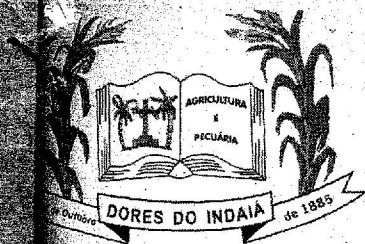
II – Caberá à CESSIONÁRIA todos os ônus e encargos de conservação e manutenção das edificações existentes no imóvel concedido, ficando ressalvada a hipótese de custeio pela cedente dentro do contrato de concessão a título de ajuda financeira e investimento na prática desportiva.

a) – a cedente poderá ceder um servidor municipal para zelar do patrimônio ora cedido.

III – Se for destinado para a CESSIONÁRIA recursos financeiros decorrentes de legislação Estadual ou Federal de incentivo de prática desportiva ou afins, fica o Poder Executivo Municipal obrigado a repassar tais recursos financeiros, especialmente por meio de obras e serviços, e a título de contrapartida, fica no dever de repassar, até o limite de dez por cento (10%) do investimento total do projeto a ser contemplado em favor da CESSIONÁRIA mediante autorização legislativa.

Art. 4º - As demais normas e condições referentes à concessão de uso de que trata o Art. 1º serão estabelecidas no contrato firmado entre as partes.

Art. 5º - Fica o Município de Dorés do Indaiá – MG, autorizado a assinar termo de cessão de uso entre o Município de Dorés do Indaiá e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), da área de 168,30m² (cento e sessenta e oito metros e trinta centímetros quadrados) de sua propriedade, situada no lote 17 da quadra 19, do loteamento Santa Tereza, para implantação da estação elevatória de esgotamento sanitário, com o mesmo prazo estabelecido na cessão existente entre o Município e a COPASA, podendo ser prorrogada mediante autorização legislativa.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ**

Estado de Minas Gerais - CNPJ: 18.301.010/0001-22  
Praça do Rosário, 268, Bairro Rosário, CEP 35.610-000

Art. 6º - As despesas do Município decorrentes desta Lei são suportadas por dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Dores do Indaia – MG, 14 de janeiro de 2019.

Ronaldo Antônio Zica da Costa  
Prefeito Municipal



# **CÂMARA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ – MG**

CNPJ: 04.228.760/0001-01 – FONE (37) 3551-2371

Rua Distrito Federal 444 – Bairro Osvaldo de Araújo – CEP: 35.610-000

E-mail: [poderlegislativodi@gmail.com](mailto:poderlegislativodi@gmail.com)

## **OFÍCIO Nº 21/2019/CMDI/SECRETARIA**

Dores do Indaiá, MG, 21 de fevereiro de 2019.

Ilmº.Sr.

**Ronaldo Daniel Costa Fiúza**

**Chefe da COPASA**

**Dores do Indaiá/MG**

**ASSUNTO: Faz Requerimento.**

Senhor Chefe,

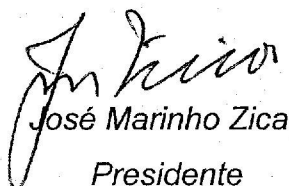
A Mesa Diretora desta Casa Legislativa com aquiescência plenária atendendo Requerimento verbal do Vereador João Gilberto da Silva requer que seja prestada a esta Casa as seguintes informações:

- Se a COPASA já recebeu a cessão área especificado na Lei Municipal 2.830 de 14 de janeiro de 2019, conforme lei anexa;
- Caso afirmativo, qual a data prevista para o início para a implantação da estação elevatória de esgotamento sanitário da Rua Quartel Geral no Bairro Aeroporto.

Justifica-se tal requerimento devido a questionamentos de munícipes, pelo exposto cabe a esta Casa de Leis o cumprimento do *múnus* parlamentar e o Poder dever de fiscalizar os atos inerentes à Administração municipal, no caso específico, houve a cessão de um bem do Município.

Diante disso esperamos uma boa acolhida do presente requerimento por parte desse órgão.

Atenciosamente,

  
**José Marinho Zica**  
Presidente